



# BOLETIM OFICIAL



## ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE

19 de novembro de 2025

Criado pela Lei 01274 de 24 setembro de 1974

Edição Especial



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE

### DECRETO MUNICIPAL Nº 160/2025

19 de novembro de 2025

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NA COMUNIDADE ROSARIA, NESTA CIDADE, DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA HABITACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE, Estado da Paraíba, o uso das atribuições que lhe conferem o art. 7º, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, no art. 109, §3º, II, da Lei Orgânica Municipal e nos artigos 2º e 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

**CONSIDERANDO** que o imóvel descrito no art. 1º deste Decreto se encontra situado em área urbana do Município de Diamante, nos termos da Lei Municipal nº 545/2025;

**CONSIDERANDO** a existência de laudo técnico de avaliação constante nos autos administrativos, com base na metodologia da ABNT NBR 14.653 e critérios do mercado imobiliário local;

**CONSIDERANDO** a necessidade pública e o interesse social envolvidos na construção de unidades habitacionais populares, com vistas a reduzir o déficit habitacional e garantir o direito à moradia digna, conforme princípios do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e diretrizes do plano municipal de habitação;

**CONSIDERANDO** a competência municipal para desapropriar bens imóveis para fins de implantação de políticas públicas urbanas e sociais;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/1941, a seguinte área de propriedade do Sr. Crisanto Abílio de Souza, matriculada sob o nº 3.444 no Cartório de Registro de Imóveis de Conceição-PB:



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE

Imóvel urbano localizado na Comunidade Rosaria, área central da cidade de Diamante-PB, com área total de 1.200 m² (mil e duzentos metros quadrados), delimitado como fração urbana, conforme avaliação técnica e georreferenciamento constantes dos autos administrativos.

Art. 2º - A desapropriação destina-se à implantação de programa habitacional de interesse social, objetivando a construção de unidades residenciais populares voltadas à população de baixa renda.

Art. 3º - A desapropriação poderá ser efetivada por via amigável ou judicial, com base no valor apurado no laudo técnico, respeitado o direito à indenização prévia, justa e em dinheiro, conforme determina o art. 5º, XXIV da Constituição Federal.

Art. 4º - Fica autorizada à Procuradoria Jurídica, ou outro órgão competente, a adotar as providências necessárias à instrução e conclusão do processo expropriatório, incluindo:

- I - Notificação do proprietário para fins de acordo amigável;
- II - Depósito judicial do valor da avaliação, caso não haja acordo;
- III - Propositura da ação judicial de desapropriação, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais retroativos à 01 de julho em correição, especialmente para fins do art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

Diamante, Paraíba, em 19 de novembro de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

  
HERMES MANGUEIRA DINIZ FILHO  
Prefeito Municipal